



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

# Código de Ética e Conduta (CEC)

## MUNICÍPIO DE MURÇA

### Aprovação

Câmara Municipal: \_\_/\_\_/2015

Entrada em vigor: \_\_/\_\_/2015

---

Tel. 259 510 120  
Fax 259 510 129

Praça 5 de outubro  
5090-115 Murça

[www.cm-murca.pt](http://www.cm-murca.pt)  
[info@cm-murca.pt](mailto:info@cm-murca.pt)

---

## ÍNDICE

Nota preambular	3
Capítulo I	
Fontes, Objeto e Âmbito de Aplicação	4
Capítulo II	
Princípios Éticos	5
Capítulo III	
Deveres Gerais	7
Capítulo IV	
Divulgação	8

## NOTA PREAMBULAR

Considerando que o n.º 1, do Artigo 235º, da Constituição da República Portuguesa (CRP), prevê que "A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais", que se definem de acordo com o n.º 2, daquele mesmo Artigo, como sendo "(...) pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas.", o que impõe, no contexto desta Autarquia e nos termos do Artigo 23º, conjugado com o Artigo 3º, ambos, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), constante do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a prossecução de atribuições municipais materializadas na (...)", através do exercício, pelos respetivos órgãos, das competências legalmente previstas, bem assim, de inerentes funções / atividades desempenhadas por dirigentes, trabalhadores e demais prestadores ou colaboradores ao seu serviço; e

Considerando, ainda, que aquela atuação reclama alinhamento dos seus agentes administrativos municipais com o vasto e esparso leque de princípios norteadores da sua ação, os quais, congregando referência ética de desempenho, configuram, também, parâmetros de conduta, vertidos, nomeadamente, nos deveres gerais a que estão sujeitos os seus trabalhadores;

Reputa-se de interesse reunir no presente instrumento conjunto de disposições subjacentes, designadamente, à enunciação de tais princípios, a aprovar pelo Órgão Câmara Municipal, nos termos seguintes:

## CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

### CAPÍTULO I

4

#### FONTES, OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

##### Artigo 1.º

##### Fontes

1. Constituem fontes do presente articulado, os princípios inscritos, designadamente, no Artigo 266.º da Constituição de República Portuguesa (CRP), CONJUGADO COM os Artigos 269.º e 243.º, da mesma, os princípios previstos nos Artigos 3.º e 12.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº 442/91, de 15 de novembro, objeto de posteriores alterações, bem assim, os princípios inscritos no Artigo 2.º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, na atual redação conferida, designadamente, pelo Decreto-Lei nº 73/2014, de 13 de maio, os princípios referidos no Artigo 3.º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, e os princípios constantes do Artigo 4.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicável à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

2. Constituem, igualmente, fonte do presente, os Princípios Éticos da Administração Pública ínsitos, ao momento, em <http://www.dgap.gov.pt/>, em linha com o previsto no n.º 5, do Artigo 4.º, bem como o Compromisso Ético estabelecido no Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os de corrupção e infrações conexas) deste Município, disponível em <http://www.cm-murca.pt/>.

3. Constituem, ainda, fonte deste articulado, designadamente o Artigo 73.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e o Artigo 34.º do

Estatuto do Pessoal dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicável à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

**Artigo 2.º**

**Objeto**

1. O presente articulado congrega o conjunto de princípios éticos e de deveres a que estão sujeitos os dirigentes e trabalhadores do Município de Murça que, sendo referência de atuação, concretiza denominado Código de Ética e de Conduta (CEC).
2. O presente CEC articula-se, designadamente, com o Compromisso Ético estabelecido no Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção conexas deste Município.

**Artigo 3.º**

**Âmbito de aplicação**

O CEC aplica-se a todos os dirigentes e trabalhadores do Município de Murça, constituindo, igualmente, os Princípios Éticos nele inscritos, referência de atuação para os demais prestadores ou colaboradores ao seu serviço.

**CAPÍTULO II**

**PRINCÍPIOS ÉTICOS**

**Artigo 4.º**

**Princípios Éticos**



1. Constituem Princípios Éticos de referência de atuação para os dirigentes, trabalhadores e demais prestadores ou colaboradores do Município de Murça, conforme constante em <http://www.dgap.gov.pt/>, os seguintes:

a) **Princípio do serviço público**, nos termos do qual se encontram ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo;

b) **Princípio da legalidade**, nos termos do qual, atuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito;

c) **Princípio da justiça e imparcialidade**, nos termos do qual, no exercício da sua atividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, atuando segundo rigorosos princípios de neutralidade;

d) **Princípio da igualdade**, nos termos do qual, não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, situação económica ou condição social;

e) **Princípio da proporcionalidade**, nos termos do qual, no exercício da sua atividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da atividade administrativa;

f) **Princípio da colaboração e boa fé**, nos termos do qual, no exercício da sua atividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da boa fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da atividade administrativa;

g) **Princípio da informação e qualidade**, nos termos do qual, devem prestar informações e ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida;

h) **Princípio da lealdade**, nos termos do qual, no exercício da sua atividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante;

i) **Princípio da integridade**, nos termos do qual, devem reger-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de caráter;

j) **Princípio da competência e responsabilidade**, nos termos do qual, agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.

2. sem prejuízo do disposto no número anterior, constituem, ainda e em especial, princípios gerais de ética dos dirigentes os constantes do Artigo 4.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicável à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

### CAPÍTULO III

#### DEVERES GERAIS

##### Artigo 5.º

##### Deveres gerais

1. Constituem deveres gerais dos trabalhadores do Município de Murça, conforme previsto no Artigo 73.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de julho, os seguintes:

- a) **Dever de prossecução do interesse público**, que consiste na sua defesa, no respeito pela Constituição, pelas leis e pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;
- b) **Dever de isenção**, que consiste em não retirar vantagens, diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, para si ou para terceiro, das funções que exerce;
- c) **Dever de imparcialidade**, que consiste em desempenhar as funções com equidistância relativamente aos interesses com que seja confrontado, sem discriminar positiva ou negativamente qualquer deles, na respetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos;

d) **Dever de informação**, que consiste em prestar ao cidadão, nos termos legais, a informação que seja solicitada, com ressalva daquela que, naqueles termos, não deva ser divulgada;

e) **Dever de zelo**, que consiste em conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares e as ordens e instruções dos superiores hierárquicos, bem como exercer as funções de acordo com os objetivos que tenham sido fixados e utilizando as competências que tenham sido consideradas adequadas;

f) **Dever de obediência**, que consiste em acatar e cumprir as ordens dos legítimos superiores hierárquicos, dadas em objeto de serviço e com a forma legal;

g) **Dever de lealdade**, que consiste em desempenhar as funções com subordinação aos objetivos do órgão ou serviço;

h) **Dever de correção**, que consiste em tratar com respeito os utentes dos órgãos ou serviços e os restantes trabalhadores e superiores hierárquicos;

i) **Deveres de assiduidade e de pontualidade**, que consistem em comparecer ao serviço regular e continuamente e nas horas que estejam designadas, no termos do regulamento municipal aprovado para o efeito.

2. Constitui, ainda, dever dos trabalhadores, nos termos do preceito legal aludido no número anterior, frequentar ações de formação e aperfeiçoamento profissional nas atividades em que exercem funções, das quais apenas podem ser dispensados por motivo atendível.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, constituem, ainda, deveres específicos dos dirigentes os constantes do Artigo 34.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.



**CAPÍTULO IV**

**DIVULGAÇÃO**

**Artigo 6º**

**Divulgação**

O presente Código deve ser objeto de divulgação interna através de publicação na internet do Município, para conhecimento generalizado dos dirigentes, trabalhadores e demais prestadores ou colaboradores da Autarquia, e de divulgação externa no respetivo portal, em <http://www.cm-murca.pt/>, neste devendo permanecer.

**Artigo 7º**

**Entrada em Vigor**

O código de Ética e Conduta do Município de Murça, entra em vigor, no dia útil imediatamente seguinte á sua aprovação.

Município de Murça



Município de Murça  
Praça 5 de outubro  
5090-115 Murça  
N.º de tel. 259 510 120  
Fax 259 510 129  
[www.cm-murca.pt](http://www.cm-murca.pt)

